

# STEPINQUEST®

**Quando a evidência deixa de produzir  
consequências, a investigação precisa  
se tornar processo.**

Uma forma operativa de investigação que  
transforma evidência em processo.

Denis Karagodin

Ponto de partida	3
O problema não é a falta de verdade	4
Entre a revelação e o esquecimento: o intervalo brasileiro	7
Formas fortes, processos que não continuam	10
STEPINQUEST: quando a investigação se torna processo	13
Como o processo opera: passos, provas, instituições, circulação	16
O passado que ainda opera	19
Onde o processo falta: o campo brasileiro	22
Não é um gênero. É uma forma de continuar	25
Autor	29
Contato	30
Apoio	31
Recursos	32

---

# Ponto de partida

Vivemos em uma época em que a evidência não falta — mas frequentemente deixa de produzir consequências. Arquivos, testemunhos e investigações emergem de forma contínua, mas raramente se sustentam como processos. O STEPINQUEST® surge como uma forma de intervir nessa ruptura: não por acrescentar mais informação, mas por organizar aquilo que já existe para que possa continuar operando.

---

# O problema não é a falta de verdade

O Brasil não sofre de falta de informação. Sofre, na verdade, de um excesso de verdades que não chegam a produzir consequência.

Todos os dias surgem documentos, relatórios, reportagens, vazamentos, testemunhos, dados abertos, investigações independentes. Há arquivos que se acumulam há décadas, histórias que retornam ciclicamente à esfera pública, nomes, datas, provas. Há memória — e, ainda assim, algo falha.

Casos aparecem, ganham visibilidade, mobilizam indignação e, pouco depois, se dissipam. Investigações são publicadas, discutidas, compartilhadas — e interrompidas. As evidências existem, mas não se transformam em um processo contínuo. As narrativas circulam, mas não se convertem em força operativa. O resultado é uma sensação paradoxal: tudo parece conhecido, mas pouco se move.

Esse paradoxo não pode ser explicado apenas por corrupção, ineficiência institucional ou falta de vontade política — embora tudo isso esteja presente. O problema é mais profundo. Ele diz respeito à forma como a verdade circula.

Vivemos hoje em um ambiente em que narrar se tornou fácil. Qualquer pessoa pode documentar, publicar, denunciar. A esfera pública se expandiu, a capacidade de exposição aumentou — mas essa expansão trouxe consigo uma fragmentação estrutural. As informações não desaparecem; elas se dispersam.

Cada investigação tende a se tornar um objeto isolado: uma matéria, um documentário, um fio em rede social, um relatório técnico, um podcast. Cada um pode ser rigoroso, impactante, até decisivo em certos momentos. Mas raramente se conecta a um processo que continue operando no tempo.

O que falta não é evidência. O que falta é continuidade.

Entre saber e agir existe um intervalo — e, no Brasil, esse intervalo costuma ser ocupado pelo esquecimento, pela saturação ou pela dispersão. Casos que deveriam evoluir para responsabilização se tornam episódios. Processos que poderiam se aprofundar se reduzem a ciclos de atenção. E aquilo que foi revelado com precisão acaba sendo reabsorvido pela inércia do sistema.

É por isso que tantas investigações parecem fortes no momento em que surgem — e frágeis no tempo que se segue. Elas mostram, expõem, revelam, mas não permanecem como mecanismos ativos.

A questão central, portanto, não é simplesmente produzir mais conteúdo, mais denúncias ou mais visibilidade. Tudo isso já existe em abundância. A questão é outra: como transformar aquilo que já sabemos em um processo que continue agindo? Como fazer com que uma investigação não termine no momento em que é publicada, mas comece ali? Como sustentar uma sequência de ações baseada em evidências, capaz de gerar respostas, reações e novos desdobramentos — não por acaso, mas por estrutura?

Responder a essas perguntas exige mais do que novas técnicas. Exige uma nova forma.

É nesse ponto que surge a necessidade de repensar não apenas o conteúdo das investigações, mas a maneira como elas existem no mundo — não como relatos, mas como processos.

---

# Entre a revelação e o esquecimento: o intervalo brasileiro

No Brasil, a verdade raramente é completamente invisível. Ela aparece — e, muitas vezes, com força.

Investigações jornalísticas revelam esquemas complexos, comissões produzem relatórios extensos, arquivos são abertos — ainda que parcialmente —, testemunhos emergem, às vezes décadas depois. Famílias insistem, jornalistas retornam, pesquisadores reconstroem. Há momentos em que tudo parece se alinhar: fatos, provas, narrativa e atenção pública convergem, criando a impressão de que algo, enfim, pode avançar.

E, no entanto, mesmo nesses momentos, algo não se sustenta.

A passagem entre revelação e consequência permanece instável. Parte disso se deve à própria estrutura institucional: processos são lentos, fragmentados, sujeitos a pressões políticas, limitações jurídicas e mudanças de conjuntura. Decisões são adiadas, revisões são interrompidas, responsabilidades se diluem. Mas essa explicação, embora importante, não é suficiente.

Existe também uma instabilidade na própria forma como as investigações circulam.

No Brasil, casos complexos frequentemente se desdobram em múltiplas camadas que não se articulam plenamente entre si. O que é produzido no

jornalismo nem sempre se conecta ao que é desenvolvido no campo jurídico. O que é elaborado por pesquisadores nem sempre alcança a esfera pública de maneira contínua. O que mobiliza redes sociais tende a se dissipar antes de encontrar um caminho institucional. Cada campo opera — mas opera em paralelo.

O resultado é uma forma recorrente de descontinuidade estrutural.

Um caso pode ser profundamente investigado e, ainda assim, não avançar; pode gerar comoção e, ainda assim, não produzir consequência duradoura; pode ser amplamente conhecido e, ainda assim, permanecer irresolvido. Essa dinâmica se torna ainda mais evidente quando o tempo já adicionou uma camada extra de opacidade.

Casos ligados à violência estatal, por exemplo, frequentemente atravessam décadas sem resolução plena. Episódios de repressão, execuções, desaparecimentos e abusos institucionais estão, em muitos casos, documentados — mas não completamente integrados a um processo contínuo de responsabilização. O mesmo ocorre em contextos mais recentes: operações policiais com múltiplas vítimas, conflitos em territórios periféricos, colapsos ambientais, decisões corporativas com efeitos sociais amplos. Tudo isso pode ser amplamente registrado e discutido e, ainda assim, permanecer em um estado ambíguo: visível, mas não resolvido.

Não se trata de ausência de prova, mas de ausência de encadeamento.

A cada nova revelação, inicia-se quase do zero. A cada novo documento, reabre-se o que já havia sido parcialmente construído. A cada novo ciclo de atenção, perde-se parte da continuidade anterior. É como se o processo nunca conseguisse se acumular plenamente.

Esse padrão produz um efeito específico: a investigação deixa de ser um movimento contínuo e passa a existir como uma sequência de interrupções — de tempo, de atenção, de ação. E, com isso, algo essencial se perde: a capacidade de manter pressão, coerência e direção ao longo do tempo.

É nesse ponto que o problema da forma se torna inevitável.

Porque, se a evidência existe, se a capacidade de narrar existe e se a atenção pública pode ser mobilizada, então a questão já não é mais o que falta mostrar. A questão passa a ser outra: como sustentar o que já foi mostrado? Como fazer com que diferentes elementos — documentos, análises, relatos, respostas institucionais — deixem de existir como fragmentos e passem a operar como partes de um mesmo processo?

Sem essa transição, o ciclo tende a se repetir: revelação, atenção, dispersão, esquecimento relativo. E, nesse ciclo, até mesmo investigações fortes acabam neutralizadas — não por falta de verdade, mas por falta de continuidade.

É justamente essa condição, profundamente presente no contexto brasileiro, que exige uma mudança de lógica. Não apenas investigar melhor, mas investigar de outra forma.

---

# Formas fortes, processos que não continuam

Seria um erro dizer que o problema está na ausência de boas práticas investigativas. Elas existem — e, no Brasil, muitas delas atingem um nível extremamente alto.

O jornalismo investigativo revela estruturas ocultas com precisão; o documentário constrói narrativas densas e coerentes; a pesquisa acadêmica oferece profundidade e rigor analítico; o ativismo mobiliza, pressiona, cria visibilidade e articula demandas. Cada uma dessas formas é, em si, potente.

O problema, portanto, não está na qualidade dessas práticas, mas na forma como elas operam no tempo.

Se olharmos mais de perto, percebemos que cada uma cumpre uma função específica — e nenhuma, por si só, sustenta um processo contínuo de investigação capaz de produzir efeitos acumulativos.

O jornalismo investigativo, por exemplo, tem como força central a revelação. Ele descobre, verifica, publica. Mas sua própria estrutura impõe limites. Investigações precisam se encaixar em ciclos editoriais: há prazos, formatos, recursos finitos. Mesmo grandes séries ou projetos de longo prazo acabam orientados para um momento de publicação — e, quando esse momento chega, algo se encerra.

A reportagem pode gerar impacto imediato, provocar repercussão, respostas institucionais, debate público. Mas, na maioria dos casos, não existe um mecanismo interno que garanta a continuidade do processo

investigativo após a publicação. O que vem depois depende de fatores externos: novas pautas, novos recursos, novas decisões editoriais. Em outras palavras, o jornalismo expõe — mas raramente sustenta.

O documentário, por sua vez, possui outra qualidade fundamental: ele organiza. Reúne materiais dispersos, constrói uma narrativa clara, estabelece relações, produz compreensão. Mas essa força também implica um limite. Toda narrativa documental tende a se fechar em uma forma; ela possui início, desenvolvimento e, ainda que provisório, um fim. Mesmo quando o caso permanece aberto, a obra não continua em operação: ela circula, influencia, sensibiliza — mas não continua investigando. O processo, nesse caso, é transformado em representação.

A pesquisa acadêmica segue uma lógica distinta. Ela aprofunda, sistematiza, analisa com precisão, produz conhecimento sólido — muitas vezes indispensável. No entanto, o tempo da academia é outro. Pesquisas levam anos, publicações seguem protocolos, e a circulação do conhecimento é mediada por instituições, linguagens especializadas e circuitos específicos. Quando os resultados emergem, frequentemente já estão distantes do ritmo dos acontecimentos que investigam. A academia explica — mas raramente intervém diretamente.

O ativismo, por fim, introduz uma dimensão essencial: a pressão. Ele mobiliza coletivos, constrói agendas, disputa atenção, força respostas. Mas, em muitos casos, essa pressão não está integrada a uma estrutura investigativa contínua baseada em evidências organizadas passo a passo. Pode ser intensa — mas nem sempre é cumulativa.

O que vemos, portanto, não é fraqueza, mas fragmentação funcional.

Cada forma realiza algo fundamental: o jornalismo revela, o documentário organiza, a academia explica, o ativismo pressiona. No entanto, essas funções não se convertem automaticamente em um processo único. Elas coexistem, por vezes se cruzam, mas raramente operam como uma sequência contínua capaz de transformar evidência em ação sustentada.

É por isso que, mesmo quando todos esses elementos estão presentes em um mesmo caso, o resultado ainda pode ser insuficiente. Há revelação, há compreensão, há análise, há mobilização — mas não há um mecanismo que mantenha tudo isso em movimento.

O ponto decisivo está aqui: essas formas são, em grande medida, orientadas para a expressão. Elas mostram, explicam, organizam, argumentam, mas não foram estruturadas para funcionar como processos que se alimentam de seus próprios efeitos, que incorporam respostas e evoluem passo a passo em direção a consequências.

Entre produzir conhecimento e produzir efeito, ainda existe um intervalo — e é justamente nesse intervalo que muitos casos se perdem.

Isso não significa que essas formas devam ser substituídas. Pelo contrário, elas são indispensáveis. Mas, se quisermos transformar investigações em processos contínuos — capazes de atravessar o tempo, reagir a respostas institucionais e produzir efeitos acumulativos — então algo mais precisa existir.

Não uma nova forma isolada, mas uma nova lógica de operação.

---

# STEPINQUEST: quando a investigação se torna processo

Se o problema não está na falta de informação, nem na ausência de narrativa ou de esforço investigativo, então ele está na forma como tudo isso é organizado. É nesse ponto que surge o STEPINQUEST® — não como mais um gênero ao lado dos outros, mas como uma mudança na própria lógica da investigação.

O STEPINQUEST® propõe uma forma em que narrar não vem depois, mas acontece junto. A investigação não é primeiro realizada para, só então, ser contada; ela se desenvolve na própria narrativa. Cada passo produzido — cada documento apresentado, cada relação estabelecida, cada hipótese verificada — deixa de ser apenas um registro do que foi descoberto e passa a funcionar como uma ação que modifica o estado do próprio caso.

A narrativa, nesse contexto, deixa de ser descrição e passa a operar.

Isso implica uma transformação estrutural. O processo investigativo já não se organiza como uma sequência clássica de coleta, análise e publicação. Ele se torna um movimento contínuo, no qual cada etapa cumpre simultaneamente três funções: produz conhecimento, organiza esse conhecimento de forma compreensível e o introduz diretamente no espaço público e institucional. Não há, portanto, uma separação clara entre investigar e expor. Publicar não é encerrar — é avançar.

À primeira vista, essa mudança pode parecer sutil. Mas ela altera profundamente o funcionamento do processo. Porque, no momento em que a narrativa entra em circulação, algo começa a acontecer: instituições respondem — ou se recusam a responder; documentos são confirmados — ou contestados; pessoas aparecem — ou se retraem; novas informações emergem, muitas vezes de forma inesperada.

Essas reações não são externas à investigação. Elas passam a ser parte dela.

Aquilo que antes seria considerado apenas “efeito” — repercussão, resposta, controvérsia — torna-se material de trabalho. A investigação deixa de avançar apenas pelo que é encontrado e passa a avançar também pelo que é provocado. Forma-se, assim, um circuito contínuo, em que ação gera reação, a reação produz nova informação e essa informação alimenta uma nova ação.

Esse circuito é o núcleo do STEPINQUEST®.

Ele transforma a investigação de um processo linear em uma estrutura dinâmica, capaz de evoluir a partir dos seus próprios efeitos.

Mas há ainda um segundo elemento fundamental. O STEPINQUEST® não é orientado apenas à compreensão de um caso; ele é orientado à responsabilidade. Cada passo não pergunta apenas o que aconteceu, mas também quem esteve envolvido, em que condições, com base em quais decisões — e quem responde por isso.

Essa orientação desloca o foco. Não se trata apenas de reconstruir um evento, mas de inseri-lo novamente em um campo em que consequências ainda podem ser produzidas.

É por isso que o STEPINQUEST® opera de maneira particular no tempo. Casos considerados encerrados podem ser reabertos; eventos distantes podem voltar a agir no presente; arquivos deixam de ser apenas memória e passam a funcionar como elementos ativos. O passado deixa de ser um ponto fixo e se torna um campo em disputa.

Nesse sentido, o STEPINQUEST® não é apenas uma técnica narrativa. Ele é uma forma de intervenção — uma forma de fazer com que aquilo que já existe, documentos, fatos, provas, deixe de permanecer estático e passe a operar dentro de um processo que continua.

E é justamente isso que faltava: não mais informação, mas uma forma de colocá-la em movimento — e, sobretudo, de mantê-la em movimento.

---

# Como o processo opera: passos, provas, instituições, circulação

Para entender o STEPINQUEST®, não basta defini-lo; é preciso observar como ele opera. Porque, apesar de sua dimensão conceitual, ele não é abstrato. Trata-se de uma estrutura precisa, que se constrói a partir de elementos que se articulam continuamente.

O primeiro deles é o passo. No STEPINQUEST®, a investigação não avança por blocos grandes e fechados, mas por unidades menores, progressivas. Cada passo é delimitado, verificável e publicável — e isso altera o ritmo do processo. Em vez de esperar por um “grande resultado”, a investigação se desenvolve por acumulação: cada etapa estabelece algo concreto, seja um documento, uma identificação, uma relação ou uma pergunta dirigida. E, sobretudo, cada passo cria as condições para o próximo. Nada é isolado; cada avanço carrega uma direção.

O segundo elemento é a prova. Aqui, a exigência é radical: cada passo precisa estar ancorado em material verificável — documentos, registros, arquivos, dados, testemunhos, relações rastreáveis. Mas não se trata apenas de reunir evidências. No STEPINQUEST®, a prova é organizada. Ela não aparece como um conjunto disperso de informações, mas como parte de uma estrutura em que cada elemento se posiciona em relação aos outros, formando um sistema de sentido. Isso produz um efeito decisivo: a investigação deixa de depender apenas da confiança no autor e passa a se apoiar na verificabilidade do material apresentado. A

credibilidade não está apenas na narrativa, mas na arquitetura das provas.

O terceiro elemento é a instituição. Diferentemente de muitas práticas investigativas, aqui as instituições não aparecem apenas como objetos de análise; elas se tornam interlocutoras diretas do processo. Pedidos são enviados, respostas são recebidas — ou recusadas —, prazos são ignorados, silêncios se acumulam. E tudo isso importa. No STEPINQUEST®, a reação institucional não é um detalhe externo, mas parte constitutiva da investigação. Uma resposta oficial pode confirmar uma hipótese; uma recusa pode revelar um limite; um atraso pode indicar resistência. O comportamento institucional torna-se evidência. Com isso, a dinâmica se transforma: a investigação deixa de ser apenas sobre instituições e passa a acontecer com elas — e, quando necessário, contra elas.

O quarto elemento é a circulação. Cada passo não permanece fechado: ele é publicado, exposto, inserido na esfera pública. Mas essa publicação não funciona como ponto final; ela atua como momento de ativação. Ao entrar em circulação, o material começa a produzir efeitos: gera atenção, provoca respostas, mobiliza novos atores, abre novas possibilidades de acesso à informação. A investigação, então, se expande. Novas fontes podem surgir, novos documentos podem aparecer, novas conexões podem ser estabelecidas — e essas novas condições alimentam o próximo passo.

É nesse ponto que os elementos se conectam. O passo organiza o avanço, a prova sustenta o conteúdo, a instituição reage — e se transforma em parte do material —, e a circulação ativa o processo. Juntos, eles formam

um sistema que não depende de um momento único de revelação, mas de uma sequência contínua de operações.

Há, ainda, um aspecto decisivo. O STEPINQUEST® não pressupõe um único tipo de resultado. Em alguns casos, a acumulação de evidências e a interação institucional podem levar a consequências formais — decisões jurídicas, reconhecimentos administrativos, mudanças políticas. Mas isso não é garantido. E, quando não acontece, o processo não se encerra; ele muda de eixo.

A investigação continua operando no campo público, produzindo reorganização da memória, transformação da percepção social e pressão contínua sobre instituições e agentes envolvidos. Ou seja, mesmo sem um desfecho formal, há efeito.

Essa dupla possibilidade — institucional e pública — faz parte da própria estrutura. Ela impede que o processo dependa de uma única via de resolução e, sobretudo, evita que a investigação se dissolva ao encontrar resistência. No STEPINQUEST®, resistir não encerra o processo; resistir alimenta o processo.

É assim que a investigação deixa de ser um evento e passa a se afirmar como uma operação contínua.

---

# O passado que ainda opera

No Brasil, o passado raramente está realmente encerrado. Ele permanece — não como memória estável, mas como matéria inacabada.

Há arquivos que nunca foram completamente abertos, investigações que não chegaram ao fim, responsabilidades que foram apenas parcialmente reconhecidas ou simplesmente adiadas. Há nomes que aparecem e desaparecem ao longo dos anos sem jamais serem plenamente situados. Esse tipo de passado não desaparece; ele se acumula.

Com o tempo, tende a assumir uma forma ambígua: está presente, mas não está ativo; é conhecido, mas não opera; é lembrado, mas não produz consequência. Nessa condição, os acontecimentos deixam de ser tratados como processos em aberto e passam a ser percebidos como fatos concluídos — mesmo quando não foram.

O que ocorre é um deslocamento silencioso: da investigação para a memória, da memória para o arquivo, do arquivo para o esquecimento relativo.

O problema, portanto, não é que o passado tenha sido perdido. O problema é que ele foi desativado. E, uma vez desativado, deixa de interferir no presente.

Casos ligados à violência de Estado, por exemplo, frequentemente permanecem nesse limiar. São reconhecidos, às vezes documentados, ocasionalmente revisitados — mas não continuam operando como processos capazes de produzir novas consequências. O mesmo se observa em situações mais recentes: eventos de grande impacto entram

rapidamente em uma zona de estabilização. Já foram noticiados, discutidos, absorvidos pela narrativa pública — e, por isso mesmo, deixam de se mover.

É nesse ponto que o STEPINQUEST® introduz uma mudança decisiva. Ele não trata o passado como algo a ser preservado, mas como algo a ser reativado.

Isso significa que um caso não precisa ser novo para voltar a operar. O que importa não é o momento em que o evento ocorreu, mas a possibilidade de reorganizar suas evidências no presente de modo que voltem a produzir efeito. Arquivos deixam de ser depósitos e passam a funcionar como pontos de partida; documentos deixam de ser registros estáticos e se tornam elementos operativos.

A cada novo passo, o passado é reintroduzido no presente — não como lembrança, mas como argumento estruturado, dirigido e verificável. E, ao ser reintroduzido, ele volta a gerar respostas: instituições podem ser novamente interpeladas, versões podem ser confrontadas, responsabilidades podem ser rearticuladas.

O tempo, então, deixa de ser linear. O que parecia encerrado pode ser reaberto; o que parecia distante pode se tornar imediato; o que parecia fixo pode voltar a ser disputado.

Essa reativação produz um efeito decisivo: impede que o esquecimento funcione como solução implícita. Porque, em muitos contextos — e no Brasil isso é particularmente evidente — o tempo opera como mecanismo de neutralização. Não por decisão explícita, mas por acumulação: o caso se afasta, a atenção diminui, a urgência se dissolve.

O STEPINQUEST® interrompe esse movimento ao introduzir uma outra lógica: o tempo não encerra — ele acumula condições. E essas condições podem ser reorganizadas.

Isso não significa que todos os casos possam ser resolvidos, nem que toda reativação levará a um resultado institucional direto. Significa, porém, que o passado deixa de ser passivo e passa a se configurar como um campo de operação.

Nesse campo, aquilo que parecia concluído pode voltar a agir — não como repetição, mas como processo.

---

# Onde o processo falta: o campo brasileiro

Se o STEPINQUEST® é uma forma de transformar evidência em processo, então sua relevância não depende de um tipo específico de caso. Ela depende de uma condição — e essa condição é clara: existem fatos, existem provas, mas não existe um processo contínuo capaz de levá-los até consequências.

No Brasil, essa condição não é excepcional; ela é recorrente. Aparece em diferentes escalas, territórios e momentos históricos, mas mantém uma estrutura semelhante: fragmentação, descontinuidade, ausência de encadeamento. É justamente nesse tipo de cenário que o STEPINQUEST® pode operar.

Um primeiro campo evidente é o da memória histórica. Arquivos da ditadura, por exemplo, continuam incompletos: muitos documentos foram destruídos, outros permanecem inacessíveis, outros ainda não foram plenamente integrados a processos investigativos contínuos. Há relatórios, testemunhos, pesquisas, iniciativas de memória — mas, frequentemente, tudo isso existe como um conjunto disperso, e não como uma sequência de ações capaz de produzir efeitos no presente.

O STEPINQUEST® permite outra abordagem. Em vez de apenas reunir materiais, trata-se de organizá-los em passos sucessivos, reativando casos, articulando evidências e reintroduzindo essas questões na esfera institucional e pública de maneira contínua.

Um segundo campo é o da violência estatal contemporânea. Operações policiais com múltiplas vítimas, intervenções em territórios periféricos, ações marcadas por opacidade institucional — muitos desses casos são documentados por jornalistas, organizações e moradores. Há registros, vídeos, laudos, testemunhos. Ainda assim, esses elementos raramente são estruturados como um processo acumulativo capaz de sustentar pressão contínua por respostas. Eles surgem — e desaparecem.

O STEPINQUEST® oferece uma possibilidade distinta: cada evidência pode se tornar um passo; cada passo pode gerar uma interpelação institucional; cada resposta — ou ausência de resposta — pode ser incorporada ao processo. A investigação deixa de ser episódica e passa a ser persistente.

Um terceiro campo envolve desastres corporativos e ambientais. Eventos de grande escala, com impacto duradouro sobre territórios e populações, costumam gerar uma enorme produção de informação: relatórios técnicos, perícias, ações judiciais, cobertura jornalística. Ainda assim, esses casos frequentemente se transformam em processos longos e fragmentados, difíceis de acompanhar como uma sequência coerente. O STEPINQUEST® pode funcionar aqui como um eixo organizador — não apenas documentando o que aconteceu, mas conectando continuamente provas, decisões, responsabilidades e efeitos ao longo do tempo, transformando complexidade em estrutura.

Há ainda outros campos: casos de corrupção estrutural que se dispersam em múltiplas instâncias, conflitos territoriais em que diferentes versões coexistem sem articulação, sistemas prisionais marcados por opacidade e recorrência de violações, desaparecimentos que permanecem sem

resolução clara. Em todos esses contextos, o padrão se repete: há material — mas falta processo.

É exatamente nesse intervalo que o STEPINQUEST® se insere. Não como uma ferramenta externa, mas como uma forma de reorganizar aquilo que já existe. Ele não exige começar do zero; parte do princípio de que muito já foi produzido — e que o desafio não é produzir mais, mas conectar, estruturar e manter em operação.

Isso tem uma consequência importante. O STEPINQUEST® não substitui o jornalismo, a pesquisa ou o ativismo — ele pode atravessar todos eles. Pode utilizar reportagens como base de prova, incorporar estudos acadêmicos como estrutura analítica, dialogar com movimentos sociais como fonte de mobilização. Mas, ao fazer isso, reorganiza essas contribuições dentro de um processo contínuo.

Ele cria uma linha onde antes havia dispersão. E, ao criar essa linha, altera a posição do próprio caso: o que antes parecia algo que “aconteceu” passa a ser algo que continua acontecendo — não como repetição de fatos, mas como desenvolvimento de consequências.

É nesse ponto que o STEPINQUEST® encontra sua força no contexto brasileiro. Não porque resolve automaticamente os conflitos, mas porque impede que eles se dissolvam.

---

# Não é um gênero. É uma forma de continuar

Em um ambiente saturado de informação, produzir mais conteúdo deixou de ser suficiente. O que está em jogo já não é apenas revelar, explicar ou narrar. Tudo isso continua sendo necessário — mas já não responde ao problema central.

Porque o problema não está no acesso à verdade, mas na capacidade de mantê-la em movimento.

É nesse ponto que o STEPINQUEST® se define com mais clareza. Ele não é apenas um novo gênero narrativo, nem apenas uma técnica investigativa, nem apenas uma proposta teórica. Ele é, antes de tudo, uma forma de organizar a relação entre evidência, narrativa e ação.

Uma forma de impedir que aquilo que foi descoberto se estabilize como informação passiva. Uma forma de sustentar processos que não dependem de um único momento de visibilidade. Uma forma de fazer com que investigações atravessem o tempo sem se dissolver.

Isso não significa simplificar conflitos. Pelo contrário: os contextos em que o STEPINQUEST® opera são, por definição, complexos. Envolvem múltiplos atores, estruturas institucionais opacas, camadas históricas sobrepostas, disputas de interpretação. Nada disso desaparece. Mas algo muda.

A complexidade deixa de funcionar como um obstáculo paralisante e passa a ser organizada como um campo de operação. Cada elemento encontra seu lugar, cada evidência pode ser articulada, cada resposta

pode ser incorporada. E, sobretudo, o processo deixa de depender de um ponto final para existir.

Essa é uma diferença fundamental. Grande parte das formas tradicionais de investigação se orienta para o fechamento: uma reportagem publicada, um filme concluído, um artigo aceito, uma decisão proferida. O STEPINQUEST® opera de outra maneira — ele se sustenta na continuidade.

Mesmo quando há um resultado formal, o processo pode continuar. E, quando não há, ele não se interrompe. Muda de forma, muda de ritmo, muda de campo — mas permanece ativo.

Isso tem implicações diretas para contextos como o brasileiro, onde muitos casos não chegam a uma resolução clara, onde o tempo frequentemente atua como mecanismo de neutralização, onde a memória se fragmenta e a responsabilidade se dilui. Nesses contextos, continuar não é apenas uma escolha metodológica — é uma necessidade.

O STEPINQUEST® não promete soluções rápidas, não garante resultados imediatos e não elimina as resistências que fazem parte de qualquer processo real. Mas oferece algo que, muitas vezes, está ausente: uma forma de não interromper.

Uma forma de sustentar investigações mesmo quando encontram limites. Uma forma de transformar respostas — e também silêncios — em material de trabalho. Uma forma de impedir que o esquecimento funcione como desfecho implícito.

Nesse sentido, o STEPINQUEST® não se apresenta como um modelo fechado. Ele é, por definição, uma estrutura aberta. Sua forma final não está completamente determinada: depende de quem a utiliza, de onde é

aplicada, de quais materiais estão disponíveis e de quais respostas emergem.

Isso não é uma limitação — é a sua própria condição de existência.

O STEPINQUEST® não é algo a ser apenas compreendido. É algo a ser praticado. Cada contexto exigirá suas próprias decisões, seus próprios ritmos, suas próprias estratégias. O que permanece constante é a lógica: não separar investigação de narrativa, não separar evidência de ação, não aceitar a interrupção como estado final.

A partir daí, tudo começa.



---

# Autor

**Denis Karagodin** — [karagodin.com](http://karagodin.com)

Autor do STEPINQUEST®

---

# Contato

O STEPINQUEST® está aberto ao diálogo acadêmico, à interlocução institucional e ao desenvolvimento metodológico contínuo.

Consultas relacionadas à pesquisa, documentação ou colaboração podem ser enviadas por meio de:

<https://karagodin.com/contact>

---

# Apoio

O STEPINQUEST® é desenvolvido como uma iniciativa de investigação independente.

Sua continuidade ao longo do tempo é sustentada por esforço próprio e, em parte, pelo apoio público.

Apoiar este projeto não é apenas uma contribuição externa, mas uma forma de participação em seu desenvolvimento, aplicação e expansão.

## **Mais informações:**

<https://karagodin.com/donate>

---

# Recursos

## **White Paper (PDF, com DOI):**

<https://karagodin.com/whitepaper/stepinquest>

## **Site do projeto:**

<https://stepinquest.com>

## **Versão em português (web):**

[https://karagodin.com/?page\\_id=15415](https://karagodin.com/?page_id=15415)

## **Versão em português (PDF):**

[https://karagodin.com/whitepaper/stepinquest/pdf/stepinquest\\_pt.pdf](https://karagodin.com/whitepaper/stepinquest/pdf/stepinquest_pt.pdf)